



## Senado aprova Projeto de Lei que transforma cargos vagos de juiz federal substituto em cargos de juiz nos TRFs



Durante sessão realizada na última quarta-feira, 22/09, o Plenário do Senado Federal aprovou o Projeto de Lei 5.977/2019, que transforma cargos vagos de juiz federal substituto em cargos de juiz dos Tribunais Regionais Federais (TRFs) – desembargadores federais.

A proposição foi uma iniciativa do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e o texto original prevê a transformação de 4 cargos vagos de juiz substituto em 3 de desembargador no TRF1; 9 cargos vagos de juiz em 8 de desembargador no TRF2; 5 cargos vagos de juiz em 4 de desembargador no TRF3; 14 cargos vagos de juiz em 12 de desembargador no TRF4 e 10 cargos vagos de juiz em 9 de desembargador no TRF5.

Apesar do Projeto de Lei alterar o quantitativo de membros dessas Cor-

tes, não geram qualquer tipo de aumento de despesas.

Com a aprovação dessas emendas, a nova composição dos TRFs passa a ser: 43 desembargadores federais na 1ª Região; 35 desembargadores federais na 2ª Região; 55 desembargadores federais na 3ª Região; 39 desembargadores federais na 4ª Região e 24 desembargadores federais na 5ª Região.

As sessões da CCJ e do Plenário foram acompanhadas pelo juiz federal Cleberson José Rocha, secretário-Geral da presidência do TRF1, representando o presidente, desembargador federal Italo Fioravanti Sabo Mendes, além da chefe da Assessoria Parlamentar, Myrna Arantes.

Nessa mesma data, 22/09, também foi aprovado pelo Senado Federal o PL 5.919/2019, autorizando a criação do TRF6 em Minas Gerais, que contará com 18 juízes. Essa iniciativa de desmembramento do TRF1 visa melhorar o atendimento jurisdicional na Primeira Região, dando celeridade à tramitação das ações e ao atendimento das demandas do tribunal.

Esta matéria está associada ao ODS 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes).

## CNJ aprova parecer favorável de previsão orçamentária para 2022



O Plenário do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) aprovou parecer favorável à proposta orçamentária 2022 para os órgãos do Poder Judiciário que integram o orçamento da União. A previsão foi de R\$ 54,383 bilhões e o parecer foi aprovado na última terça-feira (21/9), com relatório favorável do conselheiro e relator André Godinho, e após análise do Departamento de Acompanhamento Orçamentário do CNJ.

Do orçamento total, R\$ 47,879 bilhões correspondem às verbas para despesas primárias, com valor corrigido em

8,35% em relação ao montante de 2021, conforme a inflação medida pelo IPCA entre julho de 2020 e junho de 2021. O restante se refere às despesas financeiras.

Dentro das despesas primárias, o parecer informa que os gastos obrigatórios – pagamento de pessoal e de benefícios – somam R\$ 39,323 bilhões, 2,8% maior em comparação a 2021 e abaixo, portanto, da variação do IPCA.

Na delimitação por órgão da Justiça, as participações no orçamento são: Justiça do Trabalho (43,05%), Justiça Federal (25,63%), Justiça Eleitoral (18,85%), Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (6,11%), Superior Tribunal de Justiça (3,34%), Supremo Tribunal Federal (1,41%), Justiça Militar da União (1,19%) e CNJ (0,42%).

O parecer será encaminhado à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional para a avaliação parlamentar integral do projeto de lei do orçamento da União para 2022 (PLOA 2022).

### Aniversariantes

**Hoje:** Juíza federal Karin Almeida Weh de Medeiros (3ª Relatoria da 2ª Turma Recursal), Roberto Gomes Correia Filho (Feira de Santana), Laira Braga e Castro (Nubes), Suzanna Karla Silva do Nascimento (Feira de Santana) e Jamylle de Mello Santos Leahy (11ª Vara). **Amanhã:** Maria Teresa Neves da Rocha Lobo (Nubes), Evenly Ferreira Nogueira (Seção de Processos do Juizado Especial Federal).

**Parabéns!**

## Inscriva-se no curso de especialização do CJF “Justiça Inovadora – para além de 2030”

Estão abertas até hoje, dia 27 de setembro, as inscrições para o curso de especialização em “Justiça Inovadora – para além de 2030”, promovido pelo Conselho da Justiça Federal (CJF) em parceria com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Podem participar servidores e magistrados das Justiças Federal e Estadual.

A inscrição deve ser feita por meio de formulário *on-line* com dados pessoais, currículo lattes anexado, apresentação da trajetória profissional e justificativa do interesse no curso.

O principal objetivo do curso é contribuir para o desenvolvimento e melhoria do exercício de uma jurisdição inovadora, em consonância com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da ONU na esfera do Poder Judiciário.

A aula inaugural ocorre no dia 26 de outubro e a capacitação dura até agosto de 2022, com o conteúdo dis-



tribuído em aulas síncronas, ao vivo, e encontros presenciais.

Há vagas para magistrados dos Tribunais Regionais Federais (TRFs), das Seções Judiciárias (SJs) e dos Tribunais de Justiça (TJs); e para servidores do Supremo Tribunal Federal, (STF) do Superior Tribunal de Justiça (STJ), do CJF, do CNJ, e dos TRFs, SJs e TJs.

Mais informações sobre o processo seletivo estão disponíveis no portal da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam).



De acordo com o Ministério do Meio Ambiente, o consumo sustentável é aquele que envolve a escolha de produtos que utilizaram menos recursos naturais em sua produção, que garantiram emprego decente aos que os produziram e que serão facilmente reaproveitados ou reciclados. Desse modo, o consumo sustentável acontece quando nossas escolhas de compra ou aquisição são conscientes, responsáveis e com a compreensão de que terão consequências ambientais e sociais.

Você sabe como seu poder de consumidor pode influenciar a sua vida e de todo o planeta?

O Teste do Consumo Consciente do Instituto Akatu responde a essa pergunta. Ele é uma ferramenta que avalia o grau de consciência de pessoas ou comunidades quando consomem e oferece caminhos para que todos possam se tornar consumidores mais conscientes, numa jornada em busca do bem-estar para você, a sociedade e toda a vida no planeta.

Responda o questionário e descubra que tipo de consumidor você é! <https://tcc.akatu.org.br/login>

Fontes: eCycle e Instituto Akatu.

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da ONU são integrados e indivisíveis. Esta matéria está principalmente associada ao ODS 12 – Consumo e produção responsáveis.